

## Seminário Internacional “Território, Políticas e Governança”

Lisboa, 12 de março de 2018

### Intervenção do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques

Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão

Senhor Chefe de Gabinete da Comissão Europeia para a Política Regional, Nicola De Michelis

Senhor Diretor Geral da Direção Geral de Política Regional e Urbana da Comissão Europeia, Marc Lemaitre

Senhores autarcas

Senhor Presidente da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, António Dieb

Demais dirigentes da Administração Pública,

Caros conferencistas e convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Os fundos estruturais têm sido um dos mais poderosos instrumentos de apoio à alteração estrutural da economia e da sociedade portuguesa, sendo que os cinco períodos de programação já desenvolvidos foram muito importantes para os resultados alcançados na orientação do investimento empresarial para a inovação e a internacionalização, impulsionando o peso exportações no PIB de 27% em 2005 para 47% em 2017; na promoção de uma sociedade e economia escoradas no valor do conhecimento, aumentando o peso do investimento em I&D no PIB de 0,76% em 2005 para 1,29% em 2016); na melhoria dos níveis de qualificação dos portugueses,

umentando o peso da população com pelo menos o ensino secundário concluído de 27% em 2005 para 48% em 2017; na promoção e elevação da qualidade e sustentabilidade ambiental, aumentando o contributo das fontes de energia renovável para o consumo de energia final de 19,5% em 2005 para 28,5 % em 2016; e na promoção da coesão social e territorial.

Mais recentemente, o papel desempenhado pelos fundos da Política de Coesão no quadro da resposta primeiro à crise financeira internacional e, posteriormente, à crise das dívidas soberanas, a qual atingiu particular e fortemente Portugal, foi crucial para atenuar os efeitos da crise, nomeadamente no que se refere ao investimento e ao emprego.

Reconhecendo a importância decisiva dos fundos estruturais para o desenvolvimento da economia Portuguesa, o Governo, quando tomou posse, definiu como prioritária a aceleração da execução do Portugal 2020.

Neste momento, entre todos os Estados Membros com envelope financeiro de dimensão comparável, Portugal está em primeiro lugar na taxa de execução dos Fundos Estruturais.

Destaca-se o apoio ao investimento privado: correspondemos à dinâmica empresarial de investimento com a realização de um volume de pagamentos às empresas sem paralelo no passado, superando as metas ambiciosas que tínhamos colocado a nós próprios, e tendo acabado 2017 com 1,3 mil milhões de euros de pagamentos acumulados.

Passados 2 anos, quando estamos sensivelmente a meio do seu período de execução, podemos dizer que o Portugal 2020 atingiu a velocidade de cruzeiro. Consideramos que, neste ponto, importa promover uma reprogramação do Portugal 2020 que, na sequência do acompanhamento próximo da execução do PORTUGAL 2020, reforce a orientação dos recursos disponíveis para prioridade eleitas pelo Governo e inscritas no Programa Nacional de Reformas, no sentido de superar os principais bloqueios estruturais ao desenvolvimento pleno do potencial económico do país: a competitividade e inovação da economia; a criação de emprego; a qualificação das pessoas e do território.

Este exercício de reprogramação permitirá assim reforçar o alinhamento estratégico do Portugal 2020 com o PNR; concentrar os apoios dos Fundos da Política de Coesão, de modo a promover a maior eficácia e seletividade das políticas públicas; e garantir a maximização e otimização da utilização dos Fundos da Política de Coesão, promovendo a utilização complementar de outras fontes de financiamento, nacionais e europeias.

Estando já adiantado o processo de auscultação dos diferentes atores sociais, políticos e económicos relevantes, a proposta de reprogramação será apresentada à Comissão Europeia e as negociações podem então ser iniciadas.

Neste momento, para além de tratar do presente, importa construir o futuro.

Ao nível europeu, bem como ao nível nacional, já se iniciou um debate alargado sobre o futuro da União Europeia, com especial destaque para a discussão sobre o novo Quadro Financeiro Plurianual, sobre o qual a Comissão Europeia apresentará uma proposta no início do próximo mês de Maio, e para o Futuro da Política de Coesão.

Consideramos que esta discussão deve afirmar a importância de, na próxima década, a Política de Coesão manter o seu carácter de política estrutural, com uma visão e missão definidas para o médio-prazo. Para tal, o seu principal objetivo será o de assegurar a convergência económica e a coesão económica, social e territorial no seio da União, constituindo um dos principais instrumentos para fazer face aos bloqueios de desenvolvimento enfrentados pelos Estados-Membros e regiões da União.

Contudo, importa reconhecer que o contexto particularmente inédito e exigente em que ocorre a discussão sobre o Futuro da Política de Coesão, no quadro da negociação mais ampla do próximo Quadro Financeiro Plurianual – as pressões provenientes do BREXIT, que diminuirão os recursos para o orçamento da UE, estão em contraste com aqueles que exigem mais recursos orçamentais, como as novas prioridades políticas e a potencial criação de uma nova linha orçamental para as reformas estruturais. Isto significa que este é o momento para discutir o limite de recursos próprios mobilizáveis pelo orçamento europeu, bem como sobre a dimensão do orçamento da UE. Esta discussão não é apenas sobre dinheiro novo e novas instituições - no seu núcleo, trata-se de promover a convergência e uma Europa mais justa.

Se concordarmos que todas as prioridades devem ser financiadas pelo orçamento da UE, o limite de 1% do rendimento nacional bruto não é suficiente – nomeadamente, se considerarmos o impacto do BREXIT. Por isso, acreditamos na necessidade de estabelecer um nível superior próximo do limite de recursos próprios, situado em 1,2% do rendimento nacional bruto.

Devemos ainda considerar soluções que promovam a simplificação, a justiça e a transparência do sistema de recursos próprios do orçamento europeu, aproveita esta oportunidade para introduzir novos recursos próprios, levando em consideração as ideias apresentadas no Relatório Monti e na recente comunicação da COM sobre o futuro QFP.

Adicionalmente, importa destacar o sentido positivo das propostas já avançadas pela Comissão Europeia no sentido de aumentar a eficiência do orçamento europeu, como sejam o abandono da lógica dos rebates/descontos ou a constituição de uma reserva orçamental em função dos montantes não utilizados anualmente no orçamento, os quais são atualmente descontados das contribuições a pagar dos Estados membros no ano seguinte.

A UE precisa de um orçamento que traduza a sua ambição e que seja capaz de responder eficazmente às suas prioridades políticas. Estas prioridades consideram quer as políticas

estruturais enquanto promotoras da convergência no seio da União Europeia, ancorada na coesão e na competitividade, que desafios como as migrações, as alterações climáticas e a transição energética, a segurança e a defesa e a sustentabilidade demográfica, as quais devem obter uma resposta alicerçada quer em recursos novos e adequados, quer na sua integração nos objetivos e nas elegibilidades das políticas estruturais.

Neste quadro, importa afirmar que a Política de Coesão, através dos Fundos Estruturais, deve manter o seu papel enquanto o principal instrumento de apoio ao investimento do orçamento europeu, reforçando a sua orientação para o financiamento das dinâmicas de competitividade e inovação dos países e regiões da União.

É importante assegurar a implementação da política de coesão com um foco nos países e regiões menos desenvolvidos e na promoção da convergência e da coesão, prestando especial atenção aos países e regiões que enfrentam a armadilha do rendimento médio.

Nesse sentido, deve assegurar-se que a política de coesão tenha uma alocação orçamental adequada ao desempenho efetivo dessa função, que deve ser articulada (na sua programação e operacionalização) com a possível criação de uma capacidade adicional para promover o apoio às reformas estruturais, que deve acrescer ao envelope financeiro dedicado à Política de Coesão.

A Política de Coesão não poderá deixar de estar articulada de forma inteligente com os mecanismos da governação económica europeia, nomeadamente no âmbito do Semestre Europeu.

Uma das possibilidades para potenciar este alinhamento, seria a emissão das recomendações específicas por país para um horizonte de médio-prazo e para a escala territorial adequada. Neste âmbito, importa saudar a defesa, pela Comissão Europeia, *“de uma abordagem mais plurianual e uma revisão mais coletiva dos compromissos assumidos em matéria de reformas”*.

Não devemos ainda esquecer o contributo muito especial que a Política de Coesão tem dado à operacionalização das estratégias europeias de crescimento, bem como ferramenta necessária ao fortalecimento do mercado interno e do modelo social europeu, o que demonstra bem o seu valor acrescentado europeu.

A Política de Coesão pós-2020 deve reforçar a sua orientação para a promoção da competitividade da economia e dos territórios, visto que a competitividade económica, impulsionada pela inovação e pelo conhecimento, ou seja, numa corrida para o topo, constitui um fator essencial para assegurar o desenvolvimento económico necessário à promoção de coesão duradoura e de uma trajetória de convergência real persistente.

Não obstante a orientação dos recursos da Política de Coesão para a competitividade da economia, nas suas diversas dimensões (inovação e conhecimento, qualificação,

formação e emprego), devemos garantir que a componente de desenvolvimento territorial e de coesão social continuam inscritas na matriz de aplicação da Política.

Importa garantir que a aplicação da Política de Coesão deve manter-se alicerçada nos subsídios enquanto principal forma de financiamento, nomeadamente nos subsídios não reembolsáveis. Todavia, devem ser exploradas as oportunidades de concessão de apoios através de subsídios reembolsáveis e de instrumentos financeiros para as políticas públicas em que tal faça sentido, devendo essa opção ser tomada a nível nacional, particularmente no caso de instrumentos financeiros que respondam a objetivos de política pública nacional.

Relativamente às questões da governança, que ocuparão o centro da reflexão deste Seminário Internacional, destacamos a importância de, no próximo período de programação, melhorar a adaptação dos mecanismos de implementação às diferentes necessidades territoriais e de aumentar a subsidiariedade, levando em consideração a escala territorial relevante.

Para tal, defendemos a manutenção da Política de Coesão dentro de uma lógica de articulação dos diferentes níveis de governação (europeu, nacional, regional e local), baseada no modelo de gestão partilhada como o garante da melhor aplicação do princípio da subsidiariedade. Este modelo de gestão permite ainda maximizar a apropriação das políticas cofinanciadas e potenciar o sentimento de pertença dos cidadãos ao Projeto Europeu.

O sucesso das políticas futuras futuro passa pela ação, atempada e tempestiva, em matéria de definição estratégica, a qual deve ser iniciada desde já. Nesse sentido, o Governo iniciou a preparação da estratégia para o desenvolvimento de Portugal na próxima década, que designámos de Portugal 2030.

Começámos por lançar propostas de objetivos estratégicos para o país, que discutimos com mais representativos agentes económicos e sociais, de modo a obter uma ampla variedade de contributos e construir o mais amplo consenso nacional. Dessa discussão aberta e participada resultou um conjunto de prioridades que agrupamos em torno de quatro agendas temáticas, que visam responder aos principais constrangimentos ao desenvolvimento do país, e que respondem, igualmente, aos principais desafios europeus..

A primeira agenda temática coloca as pessoas no centro das suas preocupações, de modo a promover uma sociedade mais inclusiva e menos desigual, respondendo aos desafios demográficos, mas concretizando igualmente o forte investimento na melhoria das qualificações da população, combatendo deste modo as desigualdades primárias.

A inovação constitui a segunda agenda temática que propomos, focada na transformação da economia por via da digitalização e na incorporação do conhecimento

nas empresas. Esta agenda articula-se em três dimensões – a inovação empresarial; a inovação no capital humano; e, não menos importante, a inovação e qualificação das instituições, promovendo a simplificação da relação do Estado com os cidadãos e as empresas.

A sustentabilidade e valorização dos recursos endógenos surge como terceira agenda temática. Temos de valorizar e explorar as potencialidades do território, seja na utilização do potencial nacional de produção de energias renováveis, seja no desenvolvimento do potencial agrícola ou na prioridade à floresta, seja ainda no aproveitamento do mar enquanto recurso estratégico ainda largamente inexplorado. Queremos, também, promover a descarbonização da economia e o combate às alterações climática, o que passa, necessariamente, pelo desenvolvimento de sistemas de mobilidade sustentável e de logística inteligente, aliados à promoção de territórios e urbes mais eficientes.

Por último, temos ainda a agenda temática do desenvolvimento do território, que se quer competitivo externamente e coeso internamente, dirigida ao desenvolvimento do potencial de competitividade das redes urbanas; a projetar externamente o país a partir da faixa atlântica; e a aproveitar o potencial geográfico e económico das Regiões Autónomas. Implica, também, o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, potenciando as cidades médias, com base no potencial endógeno e na diversificação da base económica, melhorando a cooperação transfronteiriça e a ligação ao mercado ibérico.

Estamos, nesta fase, a aprofundar a discussão relativamente aos objetivos para o Portugal 2030, com uma abordagem ampla e aberta, que não se foque desde já nos meios e nos modelos de governação, cujo tempo de discussão será outro, mas que considere, isso sim, quais os desafios essenciais a que o país tem de fazer frente.

Esta fase de planeamento é essencial para a etapa subsequente, a da negociação com as instituições europeias e com os nossos parceiros, etapa essa exigente, para a qual nos estamos a preparar atempadamente.

A exigência do momento atual da construção europeia só será, porventura, comparável ao início de todo o processo. Terminei assim citando Robert Schuman e lembrando que hoje, tal como em 1950, *“A Europa não se fará de uma só vez, nem de acordo com um plano único. Far-se-á através de realizações concretas que criarão, antes de mais, uma solidariedade de facto.”*.

Muito obrigado.